

Onde estão os textos literários em tempos utilitários marcados pelo individualismo, a técnica e a economia?¹

Ricardo Azevedo

Se é verdade que os homens são condicionados e moldados pelo sistema cultural a que pertencem, o nosso poderia ser caracterizado pelo individualismo, pela valorização da técnica e pela economia.

E também, sem medo de errar, pela despolitização ampla, geral e irrestrita.

Roberto Da Matta descreve a chamada “cultura moderna”, o sistema cultural dominante na sociedade ocidental, como um modelo social impregnado por uma “ideologia econômica, fundada na noção do indivíduo e na ideia de mercado, local onde tudo pode ser trocado, comprado e vendido”. Tal cultura além disso é marcada pelas ideias de “progresso” e de “consumo” assim como condicionada aos procedimentos técnicos e científicos e ainda pela chamada “razão crítica” (1979).

O referido sistema, segundo outro antropólogo, Louis Dumont, implicaria um mundo individualista, ideologia que valoriza a liberdade e a autonomia do indivíduo e negligencia ou subordina a totalidade social. Neste caso, note-se, a relação dos homens com as coisas é mais valorizada do que a relação entre os homens. Sendo assim, surge um ambiente onde os homens tendem a sentir-se separados do tecido social (2000).

Uma coisa é certa: nos tempos de hoje, as pessoas, infelizmente, têm sido levadas a valorizar mais as coisas – dinheiro, automóveis, marcas, símbolos de *status* etc. – do que as pessoas (o outro).

Vamos pensar em tecnologia. Ela implica, entre outras coisas, noções variadas como utilitarismo, impessoalidade, acabamento, controle e informação (oposta à experiência, sempre mais subjetiva). Poderia acrescentar uma certa visão econômica da vida e do mundo, afinal, somos levados a ver a realidade como se tudo nela fosse ligado a funções, produção, inovação de produtos, fatias de mercado, consumos, estatísticas e lucros. Neste contexto, muitas vezes, o que deveria ser apenas “consumo” deteriora-se e vira “consumismo”: a crença de que a razão de viver está

¹ Escrito a partir de palestra dada na mesa redonda “Onde estão os textos literários?” durante o IX Jogo do Livro e III Fórum Ibero Americano de Letramentos e Aprendizagens. UFMG, outubro de 2011.

escondida nas coisas que compramos. Ao que tudo indica, o consumismo implica a alienação social e a coisificação do homem e da natureza

Em tal sistema, por exemplo e vale notar, uma pessoa desempregada sente-se um nada, afinal, neste contexto, o significado da existência se resume apenas a dinheiro, consumo e posse de bens e produtos.

E que dizer do individualismo?

Obviamente, o desenvolvimento das subjetividades é uma conquista civilizatória que não apenas devemos valorizar, como incentivar.

Mas é preciso não confundir desenvolvimento de subjetividades com narcisismo e solipsismo!

O ceticismo, o niilismo e a desesperança disseminados nos tempos atuais certamente têm a ver com uma visão distorcida do que seja o indivíduo.

Se uma pessoa é levada, por razões culturais, a acreditar que é o centro do mundo e, ao mesmo tempo, tem consciência de que é efêmera e cedo ou tarde vai morrer, poderá concluir que, após sua morte, o mundo simplesmente acaba!

Aliás, como diz Christopher Lasch, o homem contemporâneo, que ele chama de “narcísico”, costuma ter, entre outras características, a de “viver para si, não para os que virão a seguir ou para a posteridade. Estamos perdendo o sentido de continuidade histórica, o senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originaram no passado e que se prolongarão no futuro.” (1993, p.25).

Eis porque o homem atual se sente “descolado”, cultiva o “isolamento do eu” e lamenta o “vazio interior”.

Nesse modelo, sempre surge o cara que diz: “E daí que o mundo vai acabar daqui a 50 anos? Até lá eu já morri” (!).

Em outras palavras, o individualista egocêntrico, assim como, por exemplo, o especialista, tendem a acreditar que a parte tem vida independente do todo. Algo como partir do princípio de que a unha seja livre e autônoma com relação ao corpo a que pertence.

Em suma, ignoram o que Aristóteles, e mais tarde Gadamer, nos ensinaram: devemos, dialeticamente, compreender o todo a partir de suas partes assim como, ao mesmo tempo, cada parte a partir do todo.

Coloco a questão da despolitização aqui.

Pessoas narcísicas e individualistas, egos que acreditam ser o centro do mundo, ignoram que pertencem a uma sociedade, vivem alienados da vida social e da cultura, não têm qualquer compromisso com a construção do futuro e, portanto, são despolitizados por definição.

Sua noção do que seja política se restringe ao zeloso desenvolvimento do bem-estar do próprio umbigo.

Entre outras coisas, a despolitização representa a ausência de pensamento crítico com relação ao *status quo* e seus valores.

O que nos interessa aqui: lembrar que nossa arte, nossos discursos, nossa ficção, nossos mitos e nossos mais diletos paradigmas são obviamente influenciados pelo sistema cultural descrito acima de forma resumida e esquemática.

Pois bem: onde estão os leitores num ambiente assim?

Não vejo como pensar em leitores sem discutir o que é a ficção.

Em tempos tecnocratas, onde o significado da vida parece estar relacionado, como disse, ao utilitarismo, à impessoalidade, ao controle, à informação, à produção, mercados, consumos e lucros, surge a pergunta: para que comprar livros de ficção e poesia? Para que gastar dinheiro a toa? Por que não ficar apenas com os manuais técnicos e informativos?

Sobre informação, é preciso abrir parênteses: em geral, ela corresponde a um conjunto de conhecimentos considerados oficiais e aceitos num dado momento. Os livros pretensamente informativos até o século XIX naturalmente e em tese consideravam a escravidão algo perfeitamente lógico, natural e aceitável.

É verdade que os livros de ficção do mesmo período aparentemente podem ter feito a mesma coisa. Mas há aqui uma diferença fundamental: enquanto livros informativos trazem a versão oficial do que seja a verdade e a realidade, reificando dessa forma o *status quo*, livros de literatura oferecem opiniões particulares e subjetivas contidas nas vozes de personagens. Muitas vezes, essas vozes podem, inclusive, ter-se levantado, como se levantaram, contra o *status quo*. Por exemplo, contra o sistema escravocrata. Um livro informativo da época, representante da cultura oficial, jamais faria isso.

Talvez por essa razão, seja possível encontrar poemas como *I-juca pirama*, de Gonçalves Dias (1823-1864), capazes de gerar grande identificação entre o leitor

(branco e letrado) e o personagem (um índio timbira). Ou textos de ficção descrevendo a paixão verdadeira entre um senhor e sua escrava; ou o combate solitário de um nacionalista sufocado pelo sistema cultural dominante marcado pela influência europeia, e assim por diante.

Ao contrário dos discursos convencionais, técnicos e informativos, representativos das culturas oficiais, os textos de ficção e poesia tendem a ser uma forma de dar sentido e interpretabilidade à vida e ao mundo por meio do contraditório, do incoerente, do impensável e do indizível.

Por outro lado, a ficção e a poesia podem ser também um recurso para a criação de hipóteses a respeito de um mundo futuro e ainda não existente: a ficção como base da utopia.

Podem ser, e são, um extraordinário recurso para reinventar e, portanto, manter viva a linguagem.

E podem ainda tratar de assuntos que não cabem no pensamento técnico e que ninguém pode ensinar, apenas compartilhar: a paixão, a busca do autoconhecimento, a construção da própria voz, as contradições e incoerências humanas, a luta do velho contra novo, entre muitos outros temas relevantes que, note-se, são, ao mesmo tempo, complexos e banais, parte do dia-a-dia de todas as pessoas, ontem, hoje e amanhã, independentemente de “recortes” históricos (e técnicos).

Onde estão os leitores, num ambiente que, por valorizar a impessoalidade, a utilidade, a técnica e o controle estatístico, despreza a ficção e a poesia?

O título do nosso encontro menciona “jogos poéticos de linguagem”.

Não vejo como falar neles sem discutir a existência de diferentes modelos construtivos de discursos.

Ou seja, sem comparar textos marcados pela escolarização e pela cultura escrita (e seus paradigmas) e textos marcados pela oralidade e pela cultura popular (e seus paradigmas).

Para exemplificar o que poderia ser considerado um discurso marcado pela oralidade e pela cultura popular, vejamos a letra de “Luz negra”, samba de Nelson Cavaquinho e A. Cardoso:

*Sempre só
Eu vivo procurando alguém
Que sofra como eu também*

E não consigo achar ninguém

*Sempre só
E a vida vai seguindo assim
Não tenho quem tem dó de mim
Estou chegando ao fim*

*A luz negra de um destino cruel
Ilumina o teatro sem cor
Onde estou desempenhando o papel
De palhaço do amor*

Agora vejamos outra letra de música, “Noite de hotel”, de Caetano Veloso:

Noite de hotel / a antena parabólica só capta videoclipes / diluição em água poluída / (e a poluição é química e não orgânica) / do sangue do poeta / cantilena diabólica / mímica pateta / noite de hotel / e a presença satânica é a de um diabo morto / em que não reconheço o anjo torto de Carlos / nem o outro / só fúria e alegria / pra quem titia Jagger pedia simpatia / noite de hotel / ódio a Graham Bell e à telefonia (chamada transatlântica) / não sei o que dizer a essa mulher / potente e iluminada / que sabe me explicar perfeitamente / e não me entende / e não entende nada / noite de hotel / estou a zero / sempre o grande otário / e nunca o ato mero de compor uma canção pra mim foi tão desesperadamente necessário.

O primeiro texto obviamente recorre a vocabulário público e imagens compartilháveis e formulares para tratar de um tema humano complexo: em resumo, a solidão humana.

O segundo recorre a vocabulário e imagens intrincados, uma sintaxe pouco usual, citações e menções eruditas e à uma certa plurissignificação. Tudo isso para tratar do mesmo tema: em resumo, a solidão humana.

Na minha visão, ambos são ótimos textos. O que interessa para o escritor, para o estudioso e para o leitor é a possibilidade de identificar com clareza que modelos construtivos e que procedimentos com a palavra estão envolvidos em cada um deles.

Onde estão os leitores num sistema que tende a ignorar a existência de diferentes modelos construtivos para a criação de discursos e costuma valorizar um (em suma, o moderno e erudito) em detrimento de todos os outros?

Para concluir esse breve artigo, duas palavras sobre a chamada literatura infantil.

Em resumo, penso que existem literaturas escritas por especialistas tendo em vista a leitura de especialistas. Estas em geral utilizam recursos muito valorizados em certos meios, como a “meta-ficção”; a busca do “estranhamento” e da “desautomatização”; a “intertextualidade”; a “sobreposição de códigos”; os “fluxos de consciência” e os mais variados experimentos formais, entre outros procedimentos com a linguagem.

Como resultado, temos algumas obras relevantes e muitas obras insignificantes – em geral, por aplicarem os recursos citados de forma mecânica. Todas, porém, com um denominador comum: a feitura especializada tendo em vista o leitor especializado. Muitas vezes, essas obras são chamadas de “adultas”.

Ocorre que talvez 90% dos leitores adultos brasileiros, independentemente de graus de instrução, não são tão especializados assim, nem estão capacitados para ler tais obras, que costumam ter como público acadêmicos, técnicos e especialistas.

Em outras palavras: confunde-se, a meu ver, neste caso, a noção de “adulto” com a noção de técnico especialista (!).

Ao lado dessa literatura para iniciados, e sempre em resumo, creio que existem outras, bastante heterogêneas, que, da mesma forma, podem resultar em algumas obras boas e muitas ruins.

No geral, elas poderiam ser chamadas de populares por duas razões: 1) invariavelmente, recorrem a uma linguagem pública, direta e acessível; 2) abordam temas e questões humanas da vida concreta de forma compartilhável (portanto menos singular e especializada) buscando gerar identificação na maioria das pessoas, independentemente de graus de instrução e faixas de idade.

Creio que a chamada literatura infanto-juvenil está inserida neste vastíssimo e heterogêneo grupo de obras.

Por esse viés, ela é muito mais uma literatura popular do que “infantil” ou “juvenil”.

Qual o interesse dessa proposta?

Por meio dela, escritores e leitores ficam livres de utilitarismos, pedagogismos, academicismos e psicologismos, sem falar no “politicamente

correto”², que tendem, não poucas vezes, seguindo as regras do sistema cultural dominante, a funcionalizar, desvitalizar, domesticar e castrar a ficção e a poesia.

Adapto o que disse Luigi Pareyson³: a literatura infantil deve ser tratada sobre o fundo da unidade da literatura, isto é, de forma que seja vista como caso particular, nos problemas gerais da literatura e de maneira que seu tratamento interesse, direta ou indiretamente, implícita ou expressamente, por ressonância ou analogia, a todas as outras literaturas ou à noção geral de literatura.

Trata-se em outras palavras de colocar a chamada literatura para crianças no plano da literatura e da arte.

Trata-se, por outro viés, de colocar adultos e crianças num mesmo patamar: o dos seres humanos em busca de um significado para a vida.

Não é tão pouco nesses dias marcados pelo individualismo, pela técnica e pela economia de mercado.

Referências

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro,: Zahar, 1979.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro,: Rocco, 2000.

LASCH, Christopher. *A Cultura do Narcisismo. A Vida Americana numa Era de Esperanças em Declínio*. Rio de Janeiro, Imago, 1983.

PAREYSON, Luigi. *Os problemas da estética*. São Paulo,: Martins Fontes, 1989.

SEARLE, John. *Expressão e Significado: Estudos da Teoria dos Atos de Fala*. Martins Fontes, 2002.

² Ele serve principalmente para três coisas: 1) eliminar toda ambiguidade e contradição inerentes ao ser humano; 2) fazer com que adultos não leitores digam à criança: leia; e, 3) fazer, como diria John Searle (2002, C.f. p.99.), com que abandonemos os nossos problemas antes de resolvê-los.

³ Ensina Luigi Pareyson sobre a estética: ela deve tratar as obras e as diferentes poéticas “sobre o fundo da unidade da arte, isto é, num nível em que [obras e poéticas] se incluam como casos particulares, nos problemas gerais da arte e em que o tratamento de uma determinada [obra ou poética] interesse, direta ou indiretamente, implícita ou expressamente, por ressonância ou analogia, a todas as outras artes.” (1989, p. 23)